

**Parecer nº 85/97**

Data: 97.07.24

Processo nº 93

**Requerente:** Ministério da Economia

Solicitou o Ministério da Economia, ao abrigo do artigo 15º, nº 2, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, Parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos relativamente ao acesso para consulta do "Processo Urânio" e da "lista de contratos de venda de urânio com a indicação das entidades contratantes e dos governantes que as autorizaram".

O objecto do parecer requerido não pode deixar de levar em consideração as normas atinentes ao regime do Segredo de Estado, titulado pela Lei nº 6/94, de 7 de Abril, e as decorrentes da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Antes de analisarem, em concreto, o regime de acesso em função da documentação existente no processo, importa traçar, à laia de prolegómeno, o seguinte:

- 1) A Constituição, no artigo 268, nº 2, salvaguarda do direito universal de acesso à documentação administrativa as matérias relativas à segurança externa e interna, consagrando a Lei nº 65/93 que os documentos que contenham informações cujo conhecimento seja avaliado como podendo pôr em risco ou causar dano à segurança interna ou externa do Estado ficam sujeitos à interdição de acesso ou acesso sob autorização, durante o tempo estritamente necessário, através de classificação nos termos da legislação específica, podendo a partir daí ser livremente consultados, com plena aplicação da lei de acesso, após desclassificação ou decurso do prazo de validade do acto que os classificou.

- 2) À classificação de documentos acima referidos aplica-se a partir de 7 de Maio de 1994 o regime do segredo de Estado (Lei nº 6/94), pelo que:
- a) só podem ser classificados os documentos e informações susceptíveis de pôr em risco ou causar dano à independência nacional, à unidade e integridade do Estado e à segurança interna e externa, risco e dano que são avaliados caso a caso, não resultando automaticamente da natureza das matérias a tratar (não se pode invocar o segredo de Estado em função da matéria ou do dossier onde esta se insere).
  - b) é limitado o leque de órgãos a quem a lei conferiu o poder de classificar como segredo de Estado (onde estão incluídos PR, PAR, PM, Ministros e Governador de Macau)
  - c) o acto legitimador da classificação, ponderado *in casu*, deve ser fundamentado, indicando-se em concreto os interesses a proteger e as circunstâncias que o justificam.
  - d) a duração da classificação (ou a sua revisão) é temporalmente limitada, não podendo ser superior a quatro anos, caducando com o decurso do prazo.
  - e) a classificação como segredo de Estado de parte de documento ou de processo não determina restrições de acesso a partes não classificadas, salvo na medida em que se mostre estritamente necessário à protecção das partes classificadas.
  - f) o prazo de manutenção da classificação como segredo de Estado depende do momento em que o acto de classificação ocorreu. Assim:

- Documentos classificados após 7 de Maio de 1994: o período definido para a classificação (limitada como se disse a 4 anos) ou, caso não haja determinação da data, é de quatro anos após o acto que a fundamentou, excepto quando haja revisão.
  - Documentos classificados entre 25 de Abril de 1974 e a entrada em vigor da Lei nº 6/94: a classificação caduca quatro anos após a entrada em vigor da actual lei de segredo de Estado, excepto revisão.
  - Documentos classificados antes de 25 de Abril de 1974 estão acessíveis desde 7 de Maio de 1995, por força do artigo 15º da Lei nº 6/94, excepto se tiver havido revisão.
3. Do regime da Lei de acesso (Lei nº 65/93) decorrem também alguns limites ao direito universal ao acesso à documentação, sendo de referir, na economia do parecer, a possibilidade da administração poder recusar o acesso a documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (artigo 10º, nº 1).

Em matéria de competência para apreciação das condições de acesso à documentação, o legislador não se contentou em centralizar num único órgão (em princípio a CADA) as funções de se pronunciar sobre os limites de acesso.

Embora limitada à análise de queixas apresentadas relativas a documentos e registos classificados como segredo de Estado, a Lei nº 6/94 prevê o funcionamento de uma Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado (artigo 13º). Esta Comissão nunca foi, contudo, empossada.

Esta dupla competência (CADA/CFSE) não deve tolher o presente parecer que não se dirige especificamente a documentos classificados, antes abrange o

conjunto do “Processo Urânio” e não resulta de “queixa sobre dificuldades ou recusa no acesso” a documentos classificados como segredo de Estado.

Foi já traçado, genericamente, o regime geral de acesso e as condições excepcionais do regime aplicável ao segredo de Estado.

Dado que o processo remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Economia contém centenas de documentos e milhares de páginas referiremos apenas os que atingem, de uma forma ou de outra, o regime excepcional que pode fundamentar a recusa total ou parcial por parte da administração. A generalidade da documentação, como acima se disse, não é atingida pelo regime especial de reserva, sendo a todos acessível (nº 2 do artigo 2º e nº 4 do artigo 9º da Lei nº 6/94, e artigo 7º, nº 1, da Lei nº 65/93).

Não poderemos deixar de referir, por ter interesse na parte em que sejam reflectidas as responsabilidades do Estado português na salvaguarda de informações relativas a materiais nucleares, o disposto na Convenção sobre a protecção Física dos Materiais Nucleares, de que Portugal é parte (Decreto do Presidente da República nº 14/90, de 15 de Março), que prevê no seu artigo 6º medidas nacionais de confidencialidade de informações recebidas de outro Estado membro ou comunicadas a organizações internacionais.

Em concreto e procurando seguir o critério utilizado para a classificação da documentação (por anos) :

**1. Documentos cujo acto de classificação ocorreu entre o 25 de Abril de 1974 e a entrada em vigor da Lei nº 6/94 e cujo acesso será aberto, salvo revisão, em 7 Maio de 1998:**

- Venda de concentrado de urânio - Informação 9/82;
- Nota ao Secretário de Estado de 24.6.81 sobre venda de urânio;
- documentos de negociações com determinado país estrangeiro sobre a venda de urânio, memorando 6/81/CG e anexos, memorando de 10 de Fevereiro de 1982 e documentos da venda para a AIEA de 8 de Outubro de 1991;
- documento de exportação de 8 de Junho de 1982;
- carta do Secretário de Estado da Indústria ao Presidente do LNETI;
- documentos dos Gabinetes do Ministro da Indústria e Energia e do Secretário de Estado da Indústria, datados de 3 de Julho de 1992;
- despachos do Secretário de Estado da Indústria classificados como confidenciais.

**2. Documentos e registos cuja divulgação pode pôr em risco segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, nos termos do artigo 10º da Lei nº 65/93:**

- Memorando 3/83/CG de 1983 - informação ao Secretário de Estado da Indústria, por revelar aspectos das negociações, vendas e pessoas envolvidas, excepto o teor do despacho de 20.07.83, que recaiu sobre aquela informação;

- Memorando 1/82/CG sobre venda de concentrado de urânio de 15 de Janeiro de 1992;
- Acordo de venda com empresa estrangeira e documentos conexos de 1983;
- Contactos estabelecidos com empresas para venda de urânio, Memorando nº 10/80/CG, de 1980 e nº 1/81/CG, de 1981;
- Contrato com organismo de determinado país estrangeiro, de 1980, e Documento da Missão a certo país estrangeiro, por revelar aspectos negociais;
- Memorando 8/8 I /CG, contrato com empresa estrangeira;
- Documentos sobre a armazenagem de urânio (caso essa armazenagem ainda se verifique ou se tencione continuar a utilizar as mesmas instalações (Abril de 1992);
- venda de concentrados de urânio à guarda da ENU - Memorando 106/96, de 5 de Agosto de 1996.

**Outra documentação constante do processo, susceptível de ponderação, no âmbito do Parecer :**

- Cartas relativas à venda de urânio pela Empresa Nacional de Urânio trocadas entre o Ministro da Indústria e Energia e o ex-Secretário de Estado da Energia: apesar de conterem referências a uma atitude pessoal, estas estão intimamente ligadas ao exercício das funções do Secretário de Estado que tutelava a então empresa pública pelo que devem ser consideradas como documentos administrativos, sendo a todos acessíveis.

- Processo nº 27, relativo às funções exercidas no LNETI pelo Senhor Professor Dr. Veiga Simão: contém apenas despachos de nomeação, vencimentos, férias, abonos e outros dados não incluídos na qualificação de dados pessoais para efeitos da Lei nº 65/93 (apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada). Este processo é a todos acessível.
- Autos de Inquérito - DIAP - 6ª secção - acusação apresentada pelo Prof. José Veiga Simão, requerimento de abertura de instrução, despacho do MP, depoimento escrito do Ministro da Indústria e Energia, na qualidade de testemunha - aplicável a lei processual penal, artigo 86º do Código de Processo Penal relativo à publicidade do processo e segredo de justiça.

**Em conclusão,** salvo os documentos discriminados e ora assinalados no processo remetido pelo Gabinete do Ministro da Economia, toda a restante documentação constante do “Processo Urânio” insere-se, neste momento e sem que haja classificação fundamentada na legislação atinente ao segredo de Estado, na noção de documento administrativo, a todos acessível de acordo com a Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - Lei de Acesso à Documentação Administrativa (artigos 4º, nº 1, alínea a), e 7º, nº 1) , incluindo a listagem das vendas anuais de urânio, que, com essa referência, não se encontrou, dada a situação em que se encontrou a (não) organização da respectiva pasta.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

*João Labescat (Relator) – João Figueiredo – Hélio Corvelo de Freitas – José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – (Tem voto de conformidade dos vogais Dr. Fernando Condesso e Dr. José Magalhães que não assinam por já não se encontrarem presentes) – Armindo José Girão Cardoso (Presidente)*